

---

# DA COLÔNIA À REFORMA FRANCISCO CAMPOS (1931): ANÁLISE HISTÓRICA DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL<sup>1</sup>

## COLONY THE REFORM FRANCISCO CAMPOS (1931): ANALYSIS OF HISTORICAL SECONDARY EDUCATION IN BRAZIL

*Pedro Ernesto Fagundes<sup>2</sup>*

---

**RESUMO:** Este trabalho estuda a trajetória histórica do ensino secundário no Brasil, especialmente, durante o período em que esteve em vigor a Reforma Francisco Campos, entre os anos de 1931 e 1942. A administração Vargas é um marco no sentido de ter criado o inédito Ministério da Educação e Saúde (MES), órgão que assumiu e desenvolveu suas ações no sentido de centralizar as questões educacionais do país.

**Palavras-chave:** História da Educação. Reforma Francisco Campos. Ensino secundário.

---

**ABSTRACT:** This study examines the trajectory historical path of secondary education in Brazil, especially in the period between 1931 and 1942, when the Francisco Campos Reform was in vigor. The Vargas Administration marks a milestone in educational policy in the sense that it created the Ministry of Education and Health (MES), the organ which assumed and developed in its actions efforts to centralize educational questions in the country.

**Keywords:** History of Education. Francisco Campos Reform. Secondary Education.

---

<sup>1</sup>Esse texto é parte da dissertação de mestrado intitulada "A Reconstrução da Nacionalidade: uma análise do Liceu de Humanidades de Campos dos Goytacazes – RJ (1931-1942)" desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) sob a orientação do Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Sílvia Alicia Martinez.

<sup>2</sup> Doutor em História Social (UFRJ). Professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História (PPGHIS - UFES).

## **Introdução**

A proposta do trabalho é analisar a trajetória histórica do ensino secundário do período colonial até o início da década de 1930 no Brasil. Nosso objetivo é apresentar um balanço das principais características e fases do ensino secundário brasileiro. Resolvemos delimitar nossa investigação até o ano de 1931 porque nesse ano foi editada, implementada e passou a vigorar uma ampla reforma do ensino secundário brasileiro, que ficou conhecida como Reforma Francisco Campos.

Ao optarmos por essa delimitação de tempo levamos em consideração a variedade de acontecimentos que foram gerados, principalmente, após a chegada de Getúlio Vargas à presidência do país. O período histórico em questão é marcante para a formação de uma inédita série de políticas públicas do Estado brasileiro.

Na arena da Educação podemos verificar a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES). A criação desse ministério, associada à implementação da reforma do ensino secundário de 1931, constitui verdadeiro marco para as políticas públicas no terreno educacional. Contudo, antes de qualquer coisa, é necessário apresentarmos o histórico do ensino secundário brasileiro.

## **Histórico do Ensino Secundário**

Acreditamos que para realizar uma análise histórica sobre a Educação em nosso país e, em especial, sobre a história do ensino secundário, precisaremos obrigatoriamente começar pelo “Velho Mundo”, dado o papel da Europa como centro político, social e cultural da sociedade ocidental.

Para traçarmos um panorama do modelo educacional trazido para o Brasil, iremos analisar os “primeiros passos” da Educação em nosso país,

através do trabalho dos jesuítas durante o período Colonial, passando pelo período Imperial e pela Primeira República. Assim, chegaremos até as décadas de 1920 e 1930 e, finalmente, alcançaremos os primeiros atos da administração Vargas no campo educacional

Como dissemos, para realizarmos um histórico sobre a educação brasileira precisamos retornar à Europa do século XIV. Foi durante esse período que surgiram, mais precisamente na França, e se multiplicaram os chamados *Colégios* que seguiam o chamado *Modus parisiensis*, método de organização escolar que tinha sua base na centralização das disciplinas em um único estabelecimento o *College*. Essa nova concepção colocou término a prática herdada da Idade Média dos colégios dispersos nas casas dos professores.

A centralização das aulas nos colégios trouxe grande prestígio para o *Modus parisiensis*, tanto que esse método serviu de modelo para os colégios protestantes e, em especial, os colégios jesuítas que fizeram uma adaptação desse modelo ao *Ratio Studiorum*. Assim, além de centralizarem o processo de ensino em um único prédio, os jesuítas adotaram horários e disciplinas específicos para o ensino dos conhecimentos clássicos. (CHERVEL, 1992).

Todo o ensino permaneceu como exclusividade dos jesuítas até meados do século XVIII quando, em 1759, foram realizadas as Reformas Pombalinas em Portugal. Essas reformas comandadas pelo Marquês de Pombal pretendiam modernizar a administração do império Luso e no campo educacional visavam quebrar o verdadeiro monopólio dos jesuítas (PILETTI, 1987).

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, o ensino passou a ser oferecido em disciplinas avulsas chamada de *aulas-régias* por professores que ficaram conhecidos como *preceptores*, que na verdade ministravam aulas isoladas e dispersas em todas as províncias da Colônia.

Mesmo com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, fugindo da ameaça de invasão durante as guerras Napoleônicas, foram observadas poucas iniciativas na área do ensino secundário. Exatamente nessa mesma época, teria surgido nas escolas francesas o termo *secundário* como

conhecemos na atualidade para denominar os estabelecimentos de ensino conhecidos pelos franceses nessa época como liceu ou colégio. (CHERVEL, 1992).

Com a independência e o início do Império brasileiro o quadro será pouco alterado. Durante esse período, as poucas iniciativas do Estado na área educacional mantiveram inalterados os pilares da dinâmica elitista do ensino secundário: “Na sociedade imperial, de economia agro-exportadora e escravista, onde predominava a vida rural, a política excludente do Estado criou, nas capitais das províncias e do Império, os Liceus destinados aos filhos das classes privilegiadas” (NUNES, 2000, p. 39).

O Colégio Pedro II foi o mais notório desses estabelecimentos de ensino criados durante o período imperial brasileiro, servindo de modelo de ensino para todo o país. Porém, em termos educacionais a falta de verbas e a descentralização contribuíram para manter inalterada a situação educacional. No que diz respeito a instrução elementar permanecia a discussão sobre qual esfera governamental deveria investir verbas na criação de um sistema nacional de ensino previsto na constituição de 1824, mas que nunca saiu do papel.

Em relação à instrução elementar, a partir da década de 1860, é possível perceber a existência de sistemas provinciais de ensino que tinham como objetivo transmitir as camadas mais pobres da sociedade um conjunto de elementos que possibilitasse, além das primeiras letras, outros conhecimentos e valores que permitisse, mesmo de maneira desigual, aos pobres tomarem parte da vida social.

A ausência de um sistema de ensino nacional no país foi o maior incentivador da existência do sistema de aulas particulares avulsas, que eram ministradas nos espaços domésticos, até o final do século XIX. Nessa mesma época boa parte dos países da Europa central contava com sistemas nacionais de ensino elementar organizados (FARIA FILHO, 2000).

Contudo, no ensino secundário o elitismo, o sistema de aulas avulsas e o caráter de nível apenas preparatório para o ingresso nas universidades

continuou sendo marcante. Mesmo com a criação de vários liceus provinciais, a fragmentação do sistema permaneceu durante esse período. Essa concepção de ensino secundário também continuou sendo adotada no país mesmo com a Proclamação da República. Tendo em vista que o ensino secundário servia apenas como instrumento de acesso às universidades européias ou às poucas instituições de ensino superior do Brasil, onde era formada a minoria que conduziria a nação. (CARVALHO, 2003).

As primeiras iniciativas de uma reforma do ensino que pretendiam transformar o Estado para que este pudesse agir como educador contam das primeiras décadas do século passado. Porém, essas tentativas foram em nível estadual e por isso mostraram-se limitadas, pois seu principal defeito residiu no fato de serem reformas parciais e de dimensão apenas regional.

Essas reformas nos estados apenas amenizavam os problemas educacionais. Portanto, ainda durante as primeiras décadas do século XX não se efetivou a construção de um regime uniforme de ensino secundário para todo o país. Contraditoriamente, a escola sempre foi identificada pelos republicanos como sendo o espaço propício e adequado para, como observa, se desenvolverem e transmitir as idéias de "Ordem e Progresso". Porém, no caso brasileiro, o caráter do ensino permanecerá inalterado mesmo com a mudança do Império para a República, isto é, a educação continuaria sendo privilégio de uma minoria.

Nesse contexto, o Brasil chegou ao século XX com um imenso contingente de sua população analfabeta. Em contrapartida, seus dirigentes permaneceram alheios a essas demandas, ou seja, a iniciativa de estabelecer um debate sobre a necessidade de se ampliar o acesso à educação e cultura para a população carente de origem negra e mestiça ficou sempre em segundo plano.

Buscando *sanar* o grave problema do analfabetismo que relegava à exclusão a maioria da população brasileira, tem início um amplo debate em torno da elaboração de projetos político-pedagógicos que pretendiam levar o Estado a atuar no sentido de superar esse problema.

Entre os intelectuais da década de 1920 que buscavam debater e apresentar soluções para as questões relativas aos problemas Brasileiros, a educação passou a ser hiperdimensionada. Haja vista, que o analfabetismo passou a ser identificado e indicado como principal fator do atraso do país. O analfabetismo passa a ser signo de doença, de vício, de degenerescência, de degradação, de falta de vitalidade, marca incontestável de um povo amorfo. (CARVALHO, 2003)

Mesmo passadas mais de duas décadas da proclamação da república, os republicanos ainda não haviam alcançado suas previsões iniciais. A grande dívida republicana residia no abandono de sua população na “escuridão do analfabetismo”. As elites tiveram frustradas suas esperanças de que os imigrantes europeus seriam uma alternativa para desenvolver a economia nacional e ao mesmo tempo, segundo as teses racistas, um meio para “embranquecer” o povo brasileiro, principalmente, após a onda de greves operárias no final da década de 1910.

A partir dos anos de 1920, o diagnóstico indica a necessidade de o Estado concentrar seus esforços no sentido de intervir nas questões educacionais em todos os cantos e recantos do Brasil. Sendo assim, a regeneração da maioria da população, através da educação, seria a condição fundamental para elevar a condição de vida do povo brasileiro.

A educação seria um dos mecanismos que contribuiria para transformar a massa amorfa em verdadeiros cidadãos saudáveis, disciplinados e produtivos. Para que o Brasil adentrasse no seletivo grupo de países ditos modernos era urgente que se solucionasse o problema secular da “ignorância” de sua população: “... a figura de um brasileiro doente e indolente, apático e degenerado, alegoriza os males do país. Transformar essa espécie de Jeca Tatu em brasileiro laborioso, disciplinado, saudável e produtivo era o que se esperava da escola” (CARVALHO, p.48, 2003).

Nesse contexto, o interior da Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924, serviu de espaço para os debates sobre o caráter relevante e urgente das reformas no campo educacional, em especial, e no ensino

secundário, em particular. Gravitava em torno dessa entidade uma série de profissionais como médicos, engenheiros e professores que partilhavam a opinião sobre o papel estratégico da escola no trabalho de saneamento físico e moral do povo como obra de regeneração nacional.

A ABE desempenhou um importante papel no sentido de organizar conferências, congressos, inquéritos e cursos que cumpriram a tarefa de divulgar e ampliar a discussão sobre a necessidade de se formatar e homogeneizar a população brasileira através do processo de escolarização. Para esses intelectuais, levar a educação a todos os brasileiros passou a ser encarada como uma tarefa acima de tudo cívica.

Ainda sobre os educadores dos anos de 1920 é importante registrar que nesse período se desenvolveu um clima de efervescência cultural e intelectual no sentido de implementar mudanças na escola brasileira. Em suas conferências nacionais a ABE reunia uma série de especialistas que compartilhavam as mesmas expectativas em relação à importância da educação (NAGLE, 2001).

Esse clima em favor de mudanças na educação brasileira foi o fator que desencadeou uma série de reformas em vários estados do país. Com o surgimento dessa preocupação com a educação, amplos setores da sociedade tiveram renovadas suas esperanças, o que propiciou o surgimento de um clima de *otimismo pedagógico* e de *entusiasmo pela educação* (NAGLE, 2001).

O quadro sócio-político de crescimento do ideário Liberal, mais o surgimento dos primeiros movimentos de cunho político social, somados à discussão sobre a definição da "Cultura Brasileira" são os componentes que motivaram um grupo de educadores, no interior da ABE, a enxergar a educação como o caminho "natural" para colocar o Brasil entre as principais nações do planeta.

Esses movimentos iriam ser fundamentais nos debates travados entre os educadores desse período que acreditavam ser a educação o instrumento de regeneração da sociedade, ou seja,

[...] de que pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senha do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo: de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo) (NAGLE, 2001, p. 134).

O discurso cívico que circulava no interior da ABE refletia toda uma preocupação presente no interior da sociedade brasileira. A regeneração nacional pela educação também tinha o intuito de despertar entre a massa analfabeta o sentimento de nacionalismo, ou seja, educar a população se configurou em uma questão nacional por excelência.

### **A Revolução de 1930 e a Reforma Francisco Campos**

Dessa forma, a escola é a alfabetização e, posteriormente, a sistematização do ensino secundário em nível nacional, seriam o caminho indicado, durante toda a década de 1920, para resgatar a população brasileira de seu estado de atraso e abandono. Contudo, antes é importante apresentar uma questão: o que foi a chamada "Revolução de 1930" e quais as mudanças educacionais que ocorreram nesse período?

O atestado de nascimento da administração de Getúlio Vargas é a chamada "Revolução de 1930". Esse movimento pareceu representar uma ruptura com o modelo adotado a partir de 1889. Esse acontecimento é conceituado como um processo que determinou o fim da hegemonia de uma parcela da burguesia cafeeira que dominou ao longo da Velha República o cenário político brasileiro, ou seja, a parcela paulista. (FAUSTO, 1986).

O foco central desse movimento teve origem nas críticas ao processo eleitoral de 1930, somando-se à crise vivida pela economia mundial, principalmente, pelos efeitos dessa crise na economia do país baseada na exportação do seu produto de maior valor do mercado internacional: o café.



Nesse sentido, a chamada “Revolução de 1930” marcou, em um primeiro momento, um equilíbrio entre os vários segmentos da sociedade que saíram vitoriosos. São representantes da própria burguesia cafeeira regional que tiveram seus interesses eleitorais contrariados durante anos, somados aos chamados tenentes, ampliados com membros superiores que representavam as forças armadas e amplos segmentos das classes médias urbanas.

Dentre esses atores sociais nenhum defendia mudanças nas relações sociais no campo, que permaneceram inalteradas durante todos os acontecimentos. O Estado que emergiu desse episódio era formado por uma estrutura que buscou ampliar seus limites de ação no sentido de atender às necessidades de todos os agentes que colaboraram para sua nova forma.

Ainda sobre as características da administração de Getúlio Vargas é possível perceber que após a “Revolução de 1930” surge um novo contexto no ambiente político brasileiro, pois com a chegada de Vargas ao poder, o Estado brasileiro iniciou um movimento articulado no sentido de estruturar um amplo projeto de centralização político-administrativa, inclusive na esfera educacional.

A partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder a estrutura do Estado brasileiro passou por uma série de transformações. Como dissemos, entre os mecanismos que o Estado criou durante esse período buscando iniciar o processo de centralização podemos citar o Ministério da Educação e Saúde (MES). Após tomar posse no MES, Francisco Campos, realizou a primeira reforma no ensino secundário de caráter centralizador. Essa reforma teve como norte a tentativa de imprimir um caráter nacional a esse nível de ensino.

No âmbito do ensino secundário, o ano de 1931 entrou para a História da Educação brasileira como o ano da implantação da reforma até então mais abrangente desse setor da educação. Sobretudo, porque os diversos governos do período republicano haviam elaborado, em nível federal, um conjunto de Leis, Decretos e projetos de reformas na área educacional, relacionados no quadro abaixo:

<b>PERÍODO</b>	<b>REFORMA</b>
1890	Decreto nº 981 Reforma Benjamin Constant
1901	Decreto nº 3890 Reforma Eptácio Pessoa
1911	Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental
1915	Decreto nº 11.530 Reforma Maximiliano
1925	Decreto nº 16.782 – A Reforma Rocha Vaz

Fonte: NAGLE (2001)

Apesar de numerosas, essas iniciativas refletiam a falta de coesão e unidade das políticas educacionais durante a Primeira República. Algumas dessas Leis e Decretos não chegaram a ser implementadas, porque a educação brasileira estaria, nessa época, completamente descentralizada (NAGLE, 2001).

Na prática cada estado tinha políticas independentes do governo central. Era o “estadualismo” que marcava a realidade educacional brasileira, ou seja, quem dirigia e organizava a política educacional eram os estados. E entre os estados, podemos destacar São Paulo como precursor, pois, foi nesse estado que aconteceu à primeira e mais significativa reforma da Instrução Pública da década de 1920.

Conhecida como Reforma Sampaio Dória, a reforma paulista passou a servir de modelo para outros estados. As reformas estaduais aconteceram apenas nos estados mais ricos e no Distrito Federal, ficando o restante do país, como vimos, sem uma política educacional de caráter nacional e centralizada.

Como já foi dito, a partir da criação do MES a área educacional experimentou uma série de mudanças que buscavam pela primeira vez na história articular uma reforma de cunho nacional que pretendia uniformizar a política educacional, ou seja, a centralização deveria passar a ser a marca da educação no país.

As mudanças ocorridas no ensino secundário pela Reforma de Francisco Campos tinham o objetivo de transformar o ensino secundário em um curso educativo. Haja vista, que a natureza desse ensino até a década de 1920 era apenas preparatória para os exames parcelados, como por exemplo, os estudantes poderiam apenas realizar as provas de ingresso no ensino superior sem necessidade da freqüência nos cursos seriados. Essa reforma conseguiu efetivar o ensino secundário brasileiro, pois, "...teve o mérito de dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a freqüência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior" (ROMANELLI, 1984, p. 135).

A reforma de 1931, também buscou estabelecer normas sobre o curso técnico profissionalizante (comercial) e sobre o ensino superior. Porém essas outras áreas não sofreram transformações tão amplas como a reforma do ensino secundário, que foi modificado de maneira profunda.

Em 1931 a Reforma de Francisco Campos reafirmou a função educativa do ensino secundário, elevou a sua duração para sete anos e o dividiu em dois ciclos: o primeiro de cinco anos, denominado curso secundário fundamental, e o segundo, de dois anos, chamado de curso complementar, subdividido em três especialidades que corresponderiam a um dos três grupos de cursos superiores: engenharia e agronomia; medicina, odontologia, farmácia e veterinária; direito (NUNES, 2000, p. 44).

Essas medidas adotadas pela reforma de 1931 passaram por pequenos ajustes nas constituições de 1934 e 1937. Contudo, somente em 1942 as normas do ensino secundário sofreriam alterações mais amplas. Em 1942, o então ministro da educação Gustavo Capanema redefinirá os objetivos do ensino secundário através da reforma conhecida como Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Contudo, como procuramos evidenciar, o legado da Reforma de 1931 é indiscutível, pois foi a partir dessa ação do governo que o sistema seriado passou a ser obrigatório, foi implantado um calendário anual, as reprovações

foram implementadas e um novo currículo foi introduzido, inclusive, com novas disciplinas, entre elas História e Geografia do Brasil. Em outras palavras, por tudo que foi apresentado, acreditamos que a história do ensino secundário no Brasil pode ser dividida em dois períodos: antes e depois da Reforma Francisco Campos.

## Referências

CARVALHO, M. M. C. de. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 2003.

CHERVEL, A. Quando surgiu o ensino "secundário"? *Revista da Faculdade de Educação da USP*, São Paulo, v.18, n. 1, p. 99-112, jan./jun. 1992.

FARIA FILHO, L. M. de (2000) Instrução Elementar no Século XIX. IN: LOPES, E. M. T: FARIA FILHO, L. M. de: VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. Historiografia e História. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PILETTI, N. Evolução do currículo do curso secundário no Brasil. *Revista da Faculdade de Educação da USP*, São Paulo, v.13, n. 2, p. 27-72, 1987.

NAGLE, J. *Educação e Sociedade*. Na primeira república. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NUNES, C. O "velho" e "bom" ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*,. São Paulo, maio/ago. 2000.

ROMANELLI, O. de *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1984.